



J
A

ATA N.º 42/2015

-----**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CHAMUSCA
REALIZADA NO DIA 24 DE NOVEMBRO DE 2015.**-----

-----Aos vinte e quatro dias do mês de novembro do ano dois mil e quinze, nesta Vila da Chamusca, na Sala de Reuniões do Edifício dos Paços do Concelho, reuniu a Câmara Municipal sob a Presidência do Senhor Presidente Dr. Paulo Jorge Mira Lucas Cegonho Queimado, e com as presenças dos Senhores Vereadores Francisco Manuel Petisca Matias, Cláudia Micaela Brunido Pinto, Cláudia Patrícia Alves Moreira e Maria Manuela Luz Marques, comigo, Ana Margarida das Dores Pulquério Freitas, Técnica Superior que secretariei.-----

-----Verificando-se quórum, o Senhor Presidente, declarou aberta a reunião, eram dezassete horas e quinze minutos, após o que se deu início à apreciação dos seguintes assuntos:-----

-----**SITUAÇÃO FINANCEIRA / RESUMO DIÁRIO DA TESOUREARIA – EM
20.11.2015:** TOTAL DE DISPONIBILIDADES: 2.905.756,46€; OPERAÇÕES
ORÇA-MENTAIS: 2.851.106,67€; OPERAÇÕES NÃO ORÇAMENTAIS:
54.649,79€.-----

-----**ATA DA REUNIÃO ANTERIOR** – Previamente distribuída pelo Executivo foi aprovada por unanimidade o teor da Ata n.º 41/2015 de 17.11.2015.-----

-----**ORDEM DO DIA:** Entrou-se depois na ORDEM DO DIA composta dos seguintes pontos previamente estabelecidos:-----

-----**Documentos para Conhecimento**-----

-----**(01) – RESITEJO: MAPA DA CONTRIBUIÇÃO DA DÍVIDA DA RESITEJO
PARA OS MUNICÍPIOS ASSOCIADOS EM 30.09.2015**-----

-----Presente mail registado no livro respetivo sob o n.º 11573 de 18.11.2015

X
A

(R:24.11.2015)

emanado da Resitejo, documento que por muito extenso se dá por inteiramente transcrito nesta Ata, remetendo mapas da contribuição da dívida da empresa para os seus municípios associados a 30 de setembro de 2015.-----

-----O Sr. Presidente informou que na 5ª feira, dia 26 de novembro, vai ocorrer reunião da Direção da Resitejo, indo o Sr. Presidente falar sobre a questão da contribuição para o passivo e para o endividamento líquido, tendo explicado que este pode afetar a capacidade de endividamento dos municípios.-----

-----O Sr. Presidente prestou ainda algumas informações sobre alguns pormenores de situações que se estão a verificar no Ecoparque do Relvão, nomeadamente: que estava à espera de uma reunião do Observatório Nacional dos CIRVER para ter informações mais concretas para transmitir à Comissão de Acompanhamento do Ecoparque, porém teve conhecimento que o Diretor do Observatório Nacional dos CIRVER tinha sido exonerado, pelo que agora tinha que se aguardar; mencionou também que já foram minimizadas o máximo possível os impactos que o trânsito pesado acarreta por circular dentro da localidade da Carregueira, sobretudo com colocação de lombas e sinais.-----

-----**A Câmara por unanimidade tomou conhecimento.**-----

-----**Documentos para Deliberação**-----

-----**(02) – PARECER PRÉVIO PARA CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE SERVIÇO PARA ELABORAÇÃO DE ESTUDO ECONÓMICO-FINANCEIRO REFERENTE À TABELA DE TAXAS DO MUNICÍPIO E AOS PREÇOS DO SISTEMA DE RECOLHA DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS – TABELA DE TARIFAS – PROPOSTA DO SR. PRESIDENTE**-----



CÂMARA MUNICIPAL DE CHAMUSCA

(R:24.11.2015)

JA

-----Presente a seguinte proposta de deliberação do Sr. Presidente:-----

-----“ Considerando que: -----

-----A Lei n.º 82/2014, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para o ano de 2015, veio manter e atualizar um conjunto de medidas com vista a reduzir os encargos do Estado e das entidades públicas em geral.-

-----Aí se consagrou, no n.º 5 do artigo 75.º, que carece de parecer prévio vinculativo do membro do Governo responsável pela área das finanças, a celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços por órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei n.º 35-2014, de 20 de junho, e peio Decreto-Lei n.º 47/2013, de 5 de abril, alterado pela Lei n.º 66/2013, de 27 de agosto, independentemente da natureza da contraparte, designadamente no que respeita a:-----

-----a) Contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença; -----

-----b) Contratos de aquisição de serviços cujo objeto seja a consultadoria técnica. -----

-----No n.º 12 do mesmo diploma estatuiu-se que "*Nas autarquias locais, o parecer previsto no n.º 5 é da competência do órgão executivo e depende da verificação dos requisitos previstos nas alíneas a) e c) do n.º 6, bem como da alínea b) do mesmo número, com as devidas adaptações, sendo os seus termos e tramitação regulados pela portaria referida no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto - Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, alterado pelas Leis n.ºs 3 - B/2010, de 28 de abril e 66/2012, de 31 de dezembro*". -----

-----Propõe-se que a Câmara Municipal, delibere, se assim o entender, nos termos da Portaria n.º 149/2015 de 26 de Maio, a concessão de um parecer favorável, no âmbito do quadro legal já referido, tendo como fundamento os

pressupostos elencados no n.º 6 do artigo 75.º da Lei n.º 82/2014, de 31 de dezembro. -----

-----Tendo em conta que: -----

-----Verifica-se a necessidade de contratar o serviço para **Elaboração de Estudo Económico — Financeiro referente à Tabela de Taxas do Município de Chamusca e aos Preços do Sistema de Recolha de Resíduos Sólidos Urbanos — Tabela de Tarifas**, serão cumpridos todos os requisitos legais previstos no CCP, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro; ---

-----• A contratação será até 31 de Dezembro de 2016 e o seu valor base será de **€ 18 345,78** (dezoito mil trezentos e quarenta e cinco euros e setenta e oito cêntimos), acrescido de IVA, tendo sido cabimentado o montante previsto para a despesa em 2015. A despesa inerente à contrata será satisfeita por conta da verba inscrita nos instrumentos de Gestão Financeira do Município da Chamusca, sob a rubrica com a classificação orgânica 0102 e classificação económica 020214; -----

-----• O contrato a celebrar, atendendo ao seu objeto, não reveste a natureza de trabalho subordinado, sendo inconveniente o recurso a modalidade de relação jurídica de emprego público constituída ou a constituir; -----

-----• A assunção do encargo plurianual decorrente deste contrato tem autorização da Assembleia Municipal na sua sessão ordinária realizada em 29.12.2014.-----

----- • Não há lugar à redução remuneratória prevista no n.º. 1 do artigo 2º da Lei n.º, 75/2014 de 12 de Setembro, uma vez que o Município não celebrou *com idêntico objeto e ou contraparte de contrato vigente em 2014 (CPV 79412000-5 Serviços de Consultoria em Matéria de Gestão Financeira)*. -----



CÂMARA MUNICIPAL DE CHAMUSCA

(R:24.11.2015)

-----Assim tenho a honra de propor, conforme supra exposto e tendo em conta as disposições legais supra citadas, que a Câmara Municipal da Chamusca delibere: -----

-----Emitir parecer prévio à contratação de serviços para Elaboração de Estudo Económico — Financeiro referente à Tabela de Taxas do Município de Chamusca e aos Preços do Sistema de Recolha de Resíduos Sólidos Urbanos — Tabela de Tarifas, nos termos do n.º 12 do artigo 75.º da Lei n.º 82/2014, de 31 de dezembro.”-----

-----A Câmara deliberou por unanimidade determinar a abertura do período de discussão pública, de acordo com o estipulado no artigo 89.º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT).-----

-----**(3) - EDUCAÇÃO: PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE APOIO (REGULAMENTO DE APOIO A ESTRATOS SOCIAIS DESFAVORECIDOS) – AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESCOLAR 1º CICLO (PROC. 38 E 39)**-----

-----Presentes duas propostas (13,00€ cada) de atribuição de apoio para aquisição de material escolar no 1º ciclo registadas no livro respetivo sob os n.ºs 3606 e 3607 de 20.11.2015, relativas aos processos 38 e 39/2015.-----

-----A Câmara deliberou por unanimidade atribuir apoio para aquisição de material escolar no valor total de 26,00 € (vinte e seis euros).-----

-----**(4) - EDUCAÇÃO: TRANSPORTES ESCOLARES – 2º CICLO – PEDIDO DE COMPARTICIPAÇÃO / PERCURSO: PARREIRA / FAZENDAS DE ALMEIRIM**-----

-----Presente Informação do Sr. Vereador em regime de permanência – Francisco Matias, registada no livro respetivo sob o n.º 3634 de 23-11-2015, sugerindo, tendo em conta o Regulamento Municipal de Transportes Escolares, a comparticipação em 100% do passe de uma aluna residente na Parreira a estudar em Fazendas de Almeirim – Beatriz Isabel Nunes de

Oliveira.-----

-----Informa o Sr. Vereador que, de acordo com esclarecimentos dados pela empresa Rodoviária do Tejo, os percursos e total de quilómetros são:-----

-----**Parreira** – Salvador – Murta – Marianos – Gagos – Quinta do Paço – Lamarosa – Vale Zebro – Paços Negros – **Fazendas de Almeirim** (escola) – 22,7 km;-----

-----**Parreira** – Chouto – Ulme – **Chamusca** (escola) – 26,6 km;-----

-----**Chamusca** – Ulme – Casal Paíres – Laranjeira – Cascalheira – Semideiro – Chouto – **Parreira** – 39,2 km.-----

-----**A Câmara apreciou e deliberou por unanimidade participar em 100% o passe de uma aluna residente na Parreira e a frequentar estabelecimento de ensino em Fazendas de Almeirim.**-----

-----**(05) – DUPOA: XIII ALTERAÇÃO AO PDM DA CHAMUSCA – ABERTURA DE PERÍODO DE DISCUSSÃO PÚBLICA**-----

-----Presente informação técnica registada no livro respetivo sob o n.º 3600 de 19.11.2015, que se transcreve:-----

-----“No âmbito do procedimento da XIII Alteração ao PDM da Chamusca realizou-se em 22-09-2015 a conferência procedimental prevista no artigo 86º do RJIGT – decreto-lei n.º 80/2015, de 14 de maio.-----

-----A reunião de concertação com as entidades que discordaram da proposta de alteração ocorreu em 11-11-2015.-----

-----Uma vez obtida uma solução concertada, propõe-se agora que a Câmara Municipal determine a abertura do período de discussão pública, de acordo com o estipulado no artigo 89º do RJIGT.-----

-----A abertura do período de discussão pública é feito através de aviso a publicar em Diário da República e a divulgar através da comunicação social e



X
A

na página da internet.-----

-----O período de discussão pública é anunciado com 5 dias de antecedência em relação ao início desse período e não pode ser inferior a 30 dias.”-----

-----A Câmara deliberou por unanimidade determinar a abertura do período de discussão pública, de acordo com o estabelecido no art.º 89.º do RJGT.-----

-----**(06) – DUPOA: CERTIFICAÇÃO DE QUE PRÉDIO RÚSTICO (TAVARES) É ATRAVESSADO POR ESTRADAS DAS PRAIAS – UNIÃO DE FREGUESIAS DE CHAMUSCA E PINHEIRO GRANDE)**-----

-----Presente requerimento registado no livro respetivo sob o número 550 de 13.11.2015 de ANA MARIA SOUSACID NEVES E CASTRO DE SOUSA FALCÃO, NIF 101153147, residente em Estrada do Meio – Vinha Nova, 2140-070 Chamusca, solicitando certificação de que o prédio rústico de que é proprietária, denominado Tavares, com a área de 1,1000ha, inscrito na matriz cadastral sob o artigo 6, Secção G e descrito na Conservatória do Registo Predial da Chamusca sob o n.º 1275, é atravessado pela Estrada das Praias.---

-----Instrui este Processo Informação Técnica de 18-11-2015 (Proc. de desanexação n.º 79), a qual informa:-----

-----“A requerente pretende que lhe seja certificado que o seu prédio rústico foi atravessado por uma estrada, Estrada das Praias, que o dividiu fisicamente em dois. -----

-----Da própria planta do cadastro se pode verificar esse atravessamento, e apenas este facto se pode certificar.-----

-----Ao fracionamento dos prédios rústicos aplica-se o disposto no DL 384/88 de 28 outubro e 103/90 de 22 de março.-----

-----Os pedidos de desanexação que resulte o fracionamento dos prédios

rústicos são comunicados pelo requerente à Câmara Municipal o que está a ser feito e perante o exposto nada há a opor na certificação.”-----

-----**A Câmara deliberou por unanimidade certificar em conformidade com o requerido.**-----

-----**(07) – DUPOA: CERTIFICAÇÃO DE QUE PRÉDIO RÚSTICO (VINHA NOVA) É ATRAVESSADO POR ESTRADAS DAS PRAIAS – UNIÃO DE FREGUESIAS DE CHAMUSCA E PINHEIRO GRANDE)**-----

-----Presente requerimento registado no livro respetivo sob o número 551 de 13.11.2015 de ANA MARIA SOUSACID NEVES E CASTRO DE SOUSA FALCÃO, NIF 101153147, residente em Estrada do Meio – Vinha Nova, 2140-070 Chamusca, solicitando certificação de que o prédio rústico de que é proprietária, denominado Quinta Nova, com a área de 1,5440ha, inscrito na matriz cadastral sob o artigo 5, Secção G e descrito na Conservatória do Registo Predial da Chamusca sob o n.º 1210, é atravessado pela Estrada das Praias.-----

-----Instrui este Processo Informação Técnica de 18-11-2015 (Proc. de desanexação n.º 80), a qual informa:-----

-----“A requerente pretende que lhe seja certificado que o seu prédio rústico foi atravessado por uma estrada, Estrada das Praias, que o dividiu fisicamente em dois. -----

-----Da própria planta do cadastro se pode verificar esse atravessamento, e apenas este facto se pode certificar.-----

-----Ao fracionamento dos prédios rústicos aplica-se o disposto no DL 384/88 de 28 outubro e 103/90 de 22 de março.-----

-----Os pedidos de desanexação que resulte o fracionamento dos prédios rústicos são comunicados pelo requerente à Câmara Municipal o que está a



X
A

ser feito e perante o exposto nada há a opor na certificação.”-----

-----**A Câmara deliberou por unanimidade certificar em conformidade com o requerido**-----

-----**(08) – GABINETE TÉCNICO FLORESTAL INTERMUNICIPAL: REARBORIZAÇÃO COM EUCALIPTO - PROPRIEDADE VILA DE REI DE CIMA – FREGUESIA DE VALE DE CAVALOS**-----

-----Presente requerimento registado no livro respetivo sob o número 11638 de 20.11.2015 do ICNF – Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, solicitando nos termos do n.º 1 do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 96/2013, de 19 de julho, a emissão de parecer relativamente a autorização para rearborização de 43,49ha (1 parcela) com eucalipto, apresentada pela requerente Altri Florestal, SA, para a propriedade denominada de Vila de Rei de Cima, sita na Freguesia de Vale de Cavalos, concelho da Chamusca.-----

-----Instrui este Processo a Informação Técnica do GTFI n.º 011/GTFI/HP registada no livro respetivo sob o n.º 3608 de 20-11-2015, a qual conclui: “Face ao atrás disposto, a pretensão está condicionada ao parecer da CCDR para a área de REN, recomendando-se o cumprimento do planeamento definido no PIMDFCI, nomeadamente na faixa de gestão de combustível referente à rede viária florestal. Na restante classe de espaço não existem condicionantes a salientar.”-----

-----**A Câmara apreciou e deliberou por unanimidade e em minuta para efeitos imediatos, emitir parecer favorável ao solicitado.**-----

-----**(09) – CONTABILIDADE: DOCUMENTOS PREVISIONAIS –ALTERAÇÃO**-----

-----Elaborada pela Secção de Contabilidade foi presente alteração aos Documentos Previsionais / ano de 2015: décima oitava alteração ao Orçamento e às GOP's (PPI e AMR) e décima sexta alteração às Atividades

Mais Relevantes, documentos que por muito extensos se dão por inteiramente transcritos nesta Ata.-----

-----**A Câmara apreciou e deliberou por unanimidade aprovar os referidos documentos.**-----

-----**(10) - CONTABILIDADE: REALIZAÇÃO DE DESPESAS:**-----

-----A Câmara tomou conhecimento da “Posição dos Compromissos” correspondente ao período de 16 a 20 de novembro do corrente ano, na importância global de 17.863,95€ (dezassete mil oitocentos e sessenta e três euros e noventa e cinco centimos)-----

-----**(11) - INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE:**-----

-----O Senhor Presidente deu conhecimento das diversas reuniões e eventos em que participou referindo nomeadamente:-----

-----5ª feira (dia 19) – esteve presente numa reunião em Salvaterra de Magos promovida pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal com a CIMLT acerca da reabilitação urbana - ARU's. Soube que existem cerca de 32 milhões de euros disponíveis para a reabilitação urbana dos 32 municípios complementares. ---

-----Informou que concluíram que existem duas zonas em que não fará sentido criar uma ARU: eixo de Ulme, entre a Igreja e a saída de Ulme pois o espaço público para intervir não existe e no Pinheiro Grande – Rua Isidro dos Reis pois são poucas casas e o espaço público já está reabilitado. Disse ainda que no Arripiado existem alguns aspetos que necessitam de ser estudados pois as encostas têm que ser reabilitadas, bem como os miradouros e passeios, a frente ribeirinha e os fundos dos quintais.-----

-----Mencionou também que a ARU 1 e a 2 têm plano estratégico aprovado e que a ARU 4 será definida da encosta para cima e a ARU 3 da encosta para baixo, sendo que a Avenida Almirante Gago Coutinho necessita de



[Handwritten signature]
A

intervenção de fundo em várias áreas e algumas partes da zona da Senhora do Pranto.-----

-----Falou ainda que praticamente todos os edifícios e espaços públicos se encontram concentrados na ARU 1 – edifício dos Paços do Concelho, edifício da Rua Direita de S. Pedro, 242; Centro de Recursos; Mercado Municipal; Largo 25 de Abril; via de acesso ao Jardim da Botica e ARU 2. Explicou ainda que dos cerca de 1 milhão de euros disponíveis para o município, uma boa parte é para instrumentos financeiros, pois estes têm que ser projetos sustentáveis e reembolsáveis no futuro.-----

-----Explicou que os municípios da NUTS Alentejo vão solicitar que se redirecione para eles alguma verba na próxima reformulação.-----

-----Solicitou então aos Srs. Vereadores que pensem e deem ideias sobre o que reabilitar. Espaços públicos ou edifícios públicos? Que ponderem o que é essencial para apoio das pessoas na comunidade.-----

-----6ª feira (dia 20) – esteve presente na apresentação da tese de mestrado na área de Arqueologia da Raquel Lázaro, que obteve a pontuação de 18 valores e foi convidada a integrar a equipa que está a efetuar a Carta Arqueológica do Concelho da Chamusca. Informou que a Câmara Municipal abriu procedimento para um estagiário PEPAL na área de Arqueologia para dar apoio ao município.-----

-----2ª feira (dia 23) – teve uma reunião na Agrotejo, onde foram discutidos três assuntos: emparcelamento que não foi aprovado do nosso lado, em parte porque havia um mega projeto de rega comunitária. O Decreto-lei que saiu há pouco tempo atribuiu aos municípios a responsabilidade do emparcelamento, pelo que o Sr. Presidente propôs uma parceria para que assumam junto da DGAEP que o projeto de emparcelamento pode continuar,

uma vez que a Câmara enquanto tutora está disponível para avançar; condicionamento da circulação do trânsito nas estradas do campo. Têm existido muitos roubos na zona do Pinheiro Grande nas últimas duas semanas. A Agrotejo vai consultar os seus associados para verificar a disponibilidade e depois irão colaborar com as autoridades; Broca do milho (praga do milho), associados da Agrotejo pediram para fazer queimada extensiva no campo, para tal solicitaram licença geral. O Sr. Presidente tentou sensibilizar a Agrotejo para que sensibilizem os seus associados, a mesma disponibilizou-se para colaborar.-----

-----**(12) - INTERVENÇÃO DOS SENHORES VEREADORES**-----

-----**CLÁUDIA PATRÍCIA ALVES MOREIRA**-----

-----Informou que, pese embora ainda não tenha sido publicado o ACEP do STAL, os funcionários da Câmara Municipal iniciaram hoje as 35 horas semanais, pois para organização dos serviços era complicado não estarem todos a praticar o mesmo horário.-----

-----Explicou que é desnecessário manter o horário alargado do Balcão Único à 3ª feira, pelo que irá encerrar à hora normal continuando aberto à hora de almoço.-----

-----Referiu que a Câmara Municipal já tem orçamento (cerca de dez mil euros) para as obras das pontes do Ribeiro do Casal Velho, irão ficar duas pedonais e a última fica transitável.-----

-----Solicitou esclarecimento ao Sr. Vereador Francisco Matias sobre um ponto constante da ordem de trabalhos do CLAS – Feira Social Ascensão.-----

-----**FRANCISCO MANUEL PETISCA MATIAS**-----

-----O Sr. Vereador explicou que a Feira Social da Ascensão é uma ideia para aproveitar o espaço do Jardim do Coreto, fazendo o elo de ligação entre as



8
A

picarias e o recinto da festa. As Associações que se mostrassem disponíveis saíam do Cineteatro e preenchiam aquele espaço.-----

-----Disse que as pessoas têm que sentir que o projeto é delas, sendo a Câmara Municipal apenas a âncora, ao que a Sra. Vice-Presidente acrescentou que têm que se criar ideias que levem a comunidade a trabalhar para si própria e a população a querer participar no desenvolvimento económico e social do concelho.-----

-----**MARIA MANUELA LUZ MARQUES**-----

-----Questionou se havia condições para a implementação do projeto de atribuição de bolsas de estudo, ao que a Sra. Vice-Presidente lhe respondeu que o mesmo seria lançado ainda durante este ano letivo para entrar em vigor no próximo.-----

-----Considera que seria interessante fazer a ligação do grupo de trabalho na área da hortofloricultura ao eixo da educação no projeto da feira social. Também seria interessante trabalhar com estes alunos a vertente do empreendedorismo, considerando a zona agrícola em que estão inseridos e a necessidade de desenvolvimento/rejuvenescimento deste setor, ao que a Sra. Vice-Presidente lhe respondeu que o AEC se tinha comprometido numa 2ª fase em estabelecer contactos com outras instituições para trabalhar a temática do empreendedorismo-----

-----**PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:**-----

-----Os munícipes ANTÓNIO SILVA e JOSÉ SILVA, residentes na Chamusca, vieram a esta reunião para alertar os membros do Executivo sobre uma situação, tendo o Sr. António Silva sido o interlocutor.-----

-----Mencionou então o Sr. António Silva que tinha conhecimento de que uma Técnica de uma Associação de Tomar, que trabalha com ciganos, tinha

X
A

(R:24.11.2015)

vindo reunir com o Sr. Vereador Francisco Matias.-----

-----Pretendia o Sr. António alertar os membros do Executivo que os ciganos se regem por leis e princípios próprios e que há sempre retaliações quando os mesmos são ofendidos e que os ciganos do concelho da Chamusca não irão permitir que ciganos de fora os venham representar através de nenhuma associação. Disse que os ciganos do concelho não querem ser representados por ninguém a não ser pelos próprios (tendo o representante que ser alguém respeitado e considerado por todos eles), disse ainda que já tinha dado conhecimento disso mesmo à dita associação pois sabe que eles pretendem desenvolver um projeto aqui no âmbito de um programa financiado designado por “Programa Escolhas”.-----

-----O munícipe explicou ainda que estão a proceder à criação de uma associação dentro do concelho para representar a etnia cigana e que ela vai ser abrangente aos ciganos, por exemplo, romenos que residam no concelho. Frisou também que o programa Escolhas é 90% para trabalhar com ciganos e 10% com não ciganos.-----

-----O Sr. António Silva mencionou também que a associação do concelho irá “arrancar” durante os meses de Fevereiro / Março, que terá a aprovação do Alto-Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas e que irá defender as pessoas de etnia cigana que sejam de bem e honestos e não defenderá o cigano delinquente.-----

-----O Sr. Vereador Francisco Matias explicou aos munícipes que a referida Técnica veio colocar algumas questões relacionadas com o programa referido, que a mesma havia recolhido algumas informações e solicitado outras. Disse ainda que as informações não seriam recolhidas só na Chamusca, mas também em Alpiarça e na Golegã. Referiu também que as



Câmaras só seriam parceiras deste tipo de projeto apenas para facultar informações e dar algumas autorizações.-----

-----O Sr. Vereador explicou ainda que a Técnica havia dito que estava a preparar uma eventual candidatura a nível social, não tendo pormenorizado que seria para intervir nesta ou naquela área, seria para trabalhar em problemas sociais. Disse ainda que está à espera de mais pormenores porque ainda não lhe foi apresentado nenhum projeto.-----

-----O Sr. Presidente explicou que o novo quadro comunitário prevê que, para se obterem certos financiamentos, há a necessidade de criar projetos a nível regional e não a nível local. Disse que a Câmara Municipal recebe diariamente projetos de associações a quererem resolver problemas no concelho. Se o projeto é bom para a comunidade (habitação, emprego, educação, etc) e é transversal a todas as pessoas é analisado e é dado parecer positivo ou não.-----

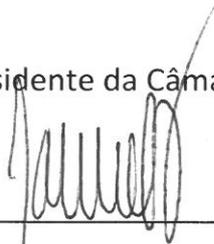
-----O Sr. Presidente parabenizou o Sr. António Silva pela ideia da criação da associação que representará a comunidade cigana do concelho e disse que, no futuro, poderá esta associação candidatar-se a este tipo de programas.----

----- **ENCERRAMENTO DA REUNIÃO:**-----

-----E não havendo mais assuntos a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada esta reunião eram dezanove horas e cinquenta minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata que, depois de ser considerada aprovada, vai ser assinada pelo Senhor Presidente e por mim Anananganidafrueira servindo de Secretário, que redigi e igualmente assino, nos termos do n.º 2 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de setembro.-----

(R:24.11.2015)

O Presidente da Câmara,



O Técnico Superior,

Amangandameiri